

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Belas Artes
Curso de Conservação Restauração de Bens Culturais Móveis

Marcus Vinicius de Souza

**PLANO DE EMERGÊNCIA PARA SITUAÇÕES QUE AMEAÇAM A
CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM ÁREAS DE CONFLITOS**

Belo Horizonte – MG

2025

Marcus Vinicius de Souza

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA SITUAÇÕES QUE AMEAÇAM A CONSERVAÇÃO
PREVENTIVA EM ÁREAS DE CONFLITOS

Projeto de pesquisa apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Conservação-Restauração, do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.

Indicação de Orientação: Prof. Dr. Luíz Antônio Cruz Souza

Belo Horizonte – MG

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE BELAS ARTES

**COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO
DE BENS CULTURAIS MÓVEIS**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"Plano de Emergência para Situações que Ameaçam a Conservação Preventiva em áreas
de Risco"**

MARCUS VINICIUS DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, aprovado em 02/12/2025 pela banca constituída pelos membros:

Prof. **LUIZ ANTÔNIO CRUZ SOUZA**
Orientador

Profa. **JUSSARA VITÓRIA DE FREITAS DO ESPÍRITO SANTO**
Examinadora

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Cruz Souza, Professor do Magistério Superior**, em 16/12/2025, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Vitoria de Freitas do Espirito Santo, Professora do Magistério Superior**, em 17/12/2025, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4732107 e o código CRC 9E8AD1F0.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com eterna saudade, a minha mãe Marise, que me deu a vida duas vezes e de quem eu trago um pedaço em mim, graças a doação de um órgão que me permitiu novamente viver. À sua memória deixo minha gratidão, pois a cada conquista, desta jornada, carregava com seu amor, sua coragem e seu exemplo. Aos meus avós Emídio Póvoa Souza e Maria da Conceição Santana Souza, em memória, pelo carinho, ensinamentos e respeito. Aos meus tios ausentes Maciel e Maxuel, pela presença permanece nas lembranças e na história da nossa família. Aos amigos que foram sendo construído ao longo deste curso, em especial os falecidos Ana Elise e Marcelo Rocha.

Aos meus demais tios (Mauricio e Marquinho) e tias (Milene, Marcilene e Mirtes) agradeço pelo apoio, pelas palavras de incentivo e por celebrarem comigo cada vitória.

E aos meus irmãos Bruno, Yaskara e Danielle, e as minhas queridas sobrinhas, Fernanda, Letícia e Marina, pelo companheirismo, apoio e compreensão nos momentos de minha ausência, além de me darem forças todos os dias.

RESUMO

Este estudo, tem como objetivo analisar os principais elementos que estruturam a gestão de riscos e o planejamento de emergências aplicados à preservação do patrimônio cultural, considerando o aumento significativo das ameaças ambientais, estruturais e antrópicas que afetam acervos no Brasil. Adoto uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental, para compreender como práticas de conservação preventiva e respostas emergenciais podem reduzir perdas e fortalecer a resiliência institucional. Ao longo da pesquisa, discuto a vulnerabilidade crescente de museus, arquivos, bibliotecas, centros históricos e sítios arqueológicos diante de desastres naturais, falhas de infraestrutura e negligência operacional, destacando a necessidade de integração entre instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio. Examino também os tipos de desastres que atingem acervos culturais e a distinção entre danos primários e secundários, evidenciando como a falta de planejamento, inventários atualizados e capacitação técnica aprofunda os impactos. Analiso o papel de órgãos nacionais e internacionais e observo que, embora existam diretrizes consolidadas para proteção emergencial, sua aplicação prática ainda enfrenta desafios decorrentes de limitações estruturais e da insuficiente cultura de prevenção. Os resultados indicam que a efetividade das ações depende de um planejamento contínuo, que compreende as fases antes, durante e depois do desastre, integrando mapeamento de riscos, protocolos claros, treinamento, segurança humana e procedimentos de estabilização pós-ocorrência. Concluo que a gestão de riscos para o patrimônio cultural exige atuação multidisciplinar, investimentos duradouros e articulação entre diferentes instâncias governamentais e institucionais, permitindo reduzir vulnerabilidades e garantir a preservação da memória coletiva.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Gestão de Riscos; Planejamento de Emergência; Conservação Preventiva; Acervos.

ABSTRACT

This study aims to analyze the main elements that structure risk management and emergency planning applied to the preservation of cultural heritage, considering the significant increase in environmental, structural, and anthropogenic threats affecting collections in Brazil. A qualitative approach is adopted, based on a literature review and documentary analysis, in order to understand how preventive conservation practices and emergency responses can reduce losses and strengthen institutional resilience. Throughout the research, the growing vulnerability of museums, archives, libraries, historic centers, and archaeological sites to natural disasters, infrastructure failures, and operational negligence is discussed, highlighting the need for integration among institutions responsible for safeguarding heritage. The study also examines the types of disasters that affect cultural collections and the distinction between primary and secondary damage, demonstrating how the lack of planning, updated inventories, and technical training exacerbates impacts. The role of national and international organizations is analyzed, and it is observed that although consolidated guidelines for emergency protection exist, their practical implementation still faces challenges due to structural limitations and an insufficient culture of prevention. The results indicate that the effectiveness of actions depends on continuous planning that encompasses the phases before, during, and after a disaster, integrating risk mapping, clear protocols, training, human safety, and post-event stabilization procedures. It is concluded that risk management for cultural heritage requires multidisciplinary action, sustained investment, and coordination among different governmental and institutional bodies, enabling the reduction of vulnerabilities and the preservation of collective memory.

Keywords: Cultural Heritage; Risk Management; Emergency Planning; Preventive Conservation; Collections.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICCROM- Centro Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração de Bens Culturais

ICOM - Conselho Internacional de Museus

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização e Justificativa do Tema	2
1.2. Problema de Pesquisa	3
1.3. Objetivos.....	4
1.4. Metodologia de Pesquisa	5
2. CULTURAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS	5
2.1 Conceitos de Patrimônio Cultural e Marcos Legais de Proteção.....	5
2.2 Importância da Preservação para a Identidade, a Memória e a Continuidade Cultural	7
2.3 Conflitos, Desastres e Ameaças à Salvaguarda do Patrimônio Cultural	8
3. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E GESTÃO DE RISCOS.....	9
3.1. Conceitos e metodologias aplicados ao Patrimônio Cultural	11
3.2 Modelos de Gestão de Riscos Aplicados ao Patrimônio Cultural	13
3.3 Diretrizes Aplicáveis a Territórios Sensíveis e Acervos Comunitários.....	15
4. ESTUDO DE CASO E DIAGNOSTICO TECNICO	17
4.1. Contextualização da comunidade em conflito	17
4.2- Inventário dos bens.....	21
4.3- Análise ou avaliação da exposição de riscos	23
4.4- Recomendações Técnicas para mitigação e prevenção	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6- REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

A proteção do patrimônio cultural, compreendido como o conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a memória, a identidade e a história das sociedades, configura-se como um dos grandes desafios contemporâneos, sobretudo diante da intensificação de ameaças ambientais, estruturais e antropogênicas que colocam em risco a integridade desses bens. No Brasil, museus, arquivos, bibliotecas, centros históricos e sítios arqueológicos têm se mostrado cada vez mais vulneráveis a desastres naturais, falhas de infraestrutura, mudanças climáticas, urbanização desordenada e à recorrente negligência institucional, fatores que frequentemente atuam de forma combinada e potencializam perdas irreversíveis.

Nesse cenário, a conservação preventiva, a gestão de riscos e o planejamento de emergências assumem papel central no campo da Conservação e Restauro, deixando de ser ações complementares para se consolidarem como fundamentos essenciais da prática profissional. Para o conservador-restaurador, compreender e atuar sobre os riscos que incidem sobre os acervos é uma atribuição técnica e ética, uma vez que a prevenção de danos se mostra mais eficaz, sustentável e responsável do que intervenções corretivas realizadas após a ocorrência de perdas significativas. Assim, a conservação passa a ser entendida como um processo contínuo, integrado e multidisciplinar, que envolve desde o controle ambiental e a mitigação de agentes de deterioração até a elaboração de protocolos de resposta a emergências.

A relevância desse tema torna-se evidente diante do aumento de desastres com impactos severos sobre instituições culturais brasileiras, como o incêndio do Museu Nacional (2018), o incêndio do Museu da Língua Portuguesa (2015), as enchentes recorrentes em cidades como Recife e Petrópolis e os desabamentos em centros históricos. Em muitos desses casos, os danos não decorreram apenas do evento em si, mas também da ausência de planejamento, da falta de capacitação das equipes, da inexistência de inventários atualizados e da fragilidade na articulação entre as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio e os órgãos de segurança e defesa civil.

A literatura especializada classifica os desastres que afetam o patrimônio cultural em naturais, tecnológicos e antropogênicos, destacando ainda a ocorrência de danos primários e danos secundários, como proliferação de fungos, corrosão, vandalismo, saques e prejuízos decorrentes de manuseio inadequado durante ações de salvamento. A diversidade de materiais presentes nos acervos, como pinturas, esculturas, documentos, fotografias, têxteis, metais e artefatos arqueológicos, exige do conservador-restaurador conhecimento técnico específico

para a correta priorização, estabilização e tratamento emergencial desses bens, evitando que intervenções inadequadas agravem os danos existentes.

No âmbito internacional, organismos como a UNESCO, a Convenção de Haia (1954) e documentos das Nações Unidas reconhecem a proteção do patrimônio cultural como uma responsabilidade ética, legal e humanitária, enfatizando a necessidade de planejamento de emergências, cooperação institucional e ações preventivas. Embora o Brasil seja signatário desses acordos, sua efetivação ainda enfrenta entraves, como limitações orçamentárias, fragilidade da cultura de prevenção e insuficiente integração interinstitucional. Nacionalmente, a preservação do patrimônio envolve a atuação conjunta de instituições como o IPHAN, o IBRAM, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil, no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), cuja efetividade depende da elaboração de planos de emergência, capacitação técnica contínua e protocolos integrados.

Dessa forma, o planejamento de contingência para o patrimônio cultural estrutura-se em três fases principais: antes, durante e após o desastre. A fase preventiva inclui o mapeamento de riscos, a elaboração de protocolos e o treinamento das equipes; durante o desastre, prioriza-se a segurança humana e a proteção imediata dos acervos; e, após o evento, desenvolvem-se ações de estabilização, documentação, tratamento emergencial e reavaliação dos procedimentos institucionais, incorporando as lições aprendidas.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar os principais elementos da gestão de riscos e do planejamento de emergências aplicados à preservação de acervos culturais, a partir da perspectiva do conservador-restaurador, destacando conceitos fundamentais, tipologias de desastres, marcos normativos e estratégias de salvamento e recuperação pós-desastre, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura de prevenção e para a atuação qualificada no campo da conservação do patrimônio cultural.

1.1. Contextualização e Justificativa do Tema

A preservação do patrimônio cultural enfrenta desafios cada vez mais significativos diante do aumento de riscos ambientais, estruturais e humanos que ameaçam museus, arquivos, bibliotecas, centros históricos e diversas instituições culturais. Fenômenos como enchentes, incêndios, deslizamentos, falhas elétricas, contaminações ambientais e processos de urbanização acelerada têm tornado esses espaços mais vulneráveis, especialmente quando não dispõem de sistemas adequados de conservação preventiva, controle ambiental e planejamento

de emergência.

As mudanças climáticas, que intensificam a frequência e a gravidade dos eventos extremos, também ampliam a exposição desses acervos a danos irreversíveis. Nesse cenário, compreender e fortalecer a gestão de riscos aplicada ao patrimônio cultural torna-se essencial para assegurar não apenas a integridade física dos bens preservados, mas a continuidade da memória coletiva, da identidade social e da transmissão de conhecimento às próximas gerações.

A relevância do tema se justifica pela crescente ocorrência de desastres que resultam em perdas patrimoniais significativas no Brasil, evidenciando a necessidade urgente de políticas preventivas, planejamento técnico e capacitação institucional. A análise dessas questões contribui para orientar gestores, profissionais de museologia, arquivologia, conservação e órgãos públicos, destacando a importância de estratégias capazes de prevenir danos, minimizar impactos e estruturar respostas emergenciais eficientes.

1.2. Problema de Pesquisa

A vulnerabilidade crescente do patrimônio cultural frente a diferentes tipos de desastres revela um cenário preocupante e que exige investigação aprofundada. Museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória, em diversas regiões do Brasil, têm sofrido danos severos decorrentes de enchentes, incêndios, deslizamentos, falhas estruturais, vandalismo e problemas tecnológicos que colocam em risco tanto a integridade física dos acervos quanto seu valor histórico, científico e simbólico. Embora existam legislações e diretrizes nacionais e internacionais orientadas à proteção desses bens, muitas instituições ainda carecem de práticas consolidadas de conservação preventiva, gestão de riscos e planejamento emergencial. Isso se agrava pela ausência de manutenção predial adequada, pela fragilidade das instalações elétricas, pela falta de controle ambiental eficiente e pela escassez de equipes treinadas para atuar em situações críticas.

Outro ponto preocupante é a insuficiência de inventários atualizados, documentação detalhada e mapeamentos de vulnerabilidade, elementos essenciais para tomada de decisão rápida e precisa em cenários de emergência. Muitas instituições também apresentam dificuldades na articulação com órgãos como Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, IPHAN e IBRAM, o que compromete a eficiência das ações durante e após o desastre. Como consequência, bens de grande relevância cultural podem ser perdidos antes mesmo de qualquer intervenção profissional, evidenciando falhas estruturais e administrativas que se repetem ao

longo dos anos.

Diante desse quadro, surge a necessidade de compreender de forma mais abrangente como a gestão de riscos e o planejamento de emergência podem ser aplicados de maneira efetiva para proteger o patrimônio cultural, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo a capacidade de resposta das instituições. Assim, o problema que orienta esta pesquisa concentra-se em identificar como esses instrumentos podem contribuir para a prevenção de danos, mitigação de perdas, organização das ações emergenciais e recuperação de acervos após eventos críticos.

1.3. Objetivos

A análise da preservação do patrimônio cultural em contextos de risco exige a definição clara dos objetivos que orientam esta pesquisa, de modo a delimitar seu escopo e direcionar a investigação no campo da Conservação e Restauro. O objetivo geral deste estudo consiste em analisar de que forma a ausência ou a fragilidade da gestão de riscos e do planejamento de emergências pode comprometer a preservação do patrimônio cultural, tomando como referência um estudo de caso, com o intuito de evidenciar as consequências da negligência institucional sobre os bens culturais e seus impactos na memória coletiva e na coesão comunitária. Para alcançar esse objetivo, busca-se compreender os principais riscos que incidem sobre o patrimônio cultural no contexto analisado, considerando fatores naturais, tecnológicos e antrópicos associados à inexistência ou insuficiência de ações preventivas.

Pretende-se ainda investigar como a falta ou inadequação de planos de gestão de riscos e de emergência contribui para a intensificação dos danos aos bens culturais antes, durante e após a ocorrência de desastres, bem como analisar o papel das instituições responsáveis pela proteção do patrimônio cultural, como IPHAN, IBRAM, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, destacando as fragilidades decorrentes da ausência de integração entre esses órgãos e as instituições detentoras dos acervos.

Além disso, o estudo busca evidenciar a importância da documentação técnica, dos inventários e dos registros patrimoniais como instrumentos fundamentais para a tomada de decisões, a priorização de ações de salvamento e a recuperação de bens culturais em situações de emergência. Por fim, pretende-se refletir sobre os impactos da perda ou deterioração do patrimônio cultural para a memória coletiva e para a coesão comunitária, compreendendo esses bens como depositários das identidades, tradições e modos de vida dos grupos sociais.

1.4. Metodologia de Pesquisa

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, fundamentada principalmente em pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender de maneira aprofundada a gestão de riscos e o planejamento de emergência aplicado à preservação do patrimônio cultural. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de analisar conceitos, práticas e diretrizes que já foram sistematizados por pesquisadores, instituições nacionais e organismos internacionais que atuam na preservação patrimonial, fornecendo assim bases teóricas e práticas para a discussão proposta.

A pesquisa também utiliza documentos oficiais de instituições como UNESCO, Conselho de Segurança da ONU, IPHAN, IBRAM. Essa documentação é essencial para interpretar a forma como os órgãos nacionais tratam a questão, permitindo identificar convergências, lacunas e possibilidades de aprimoramento no contexto brasileiro. Além disso, estudos de caso e relatos de desastres que afetaram acervos culturais são examinados como forma de compreender situações reais, padrões de vulnerabilidade recorrentes e estratégias aplicadas durante e após eventos críticos.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza teórica, não há coleta de dados de campo, mas sim uma análise interpretativa e comparativa das fontes consultadas, com o intuito de construir uma visão integrada sobre os fatores que influenciam a proteção dos acervos patrimoniais.

2. CULTURAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS

2.1 Conceitos de Patrimônio Cultural e Marcos Legais de Proteção

O patrimônio cultural pode ser compreendido como o conjunto de bens materiais e imateriais que expressam os valores históricos, simbólicos, sociais e identitários construídos pelas sociedades ao longo do tempo. Esses bens não se restringem a objetos isolados, mas incluem práticas, saberes, expressões, técnicas e modos de vida que conferem sentido às experiências humanas e permitem a continuidade das referências culturais entre gerações. Assim, o patrimônio cultural constitui uma dimensão fundamental da vida social, pois materializa a memória coletiva e sustenta os processos de reconhecimento identitário.

Os bens materiais englobam edificações históricas, monumentos, sítios arqueológicos, objetos museológicos, documentos arquivísticos, acervos bibliográficos, obras de arte e artefatos etnográficos. Já o patrimônio imaterial refere-se às manifestações culturais vivas, como tradições orais, rituais, festas, práticas religiosas, culinárias, saberes tradicionais, técnicas

artesanais e formas de expressão transmitidas no interior das comunidades. De acordo com Ribeiro (2018), esses bens devem ser compreendidos de forma integrada, pois a separação rígida entre material e imaterial fragiliza a compreensão da complexidade cultural e social que os constitui.

A noção contemporânea de patrimônio cultural supera concepções restritivas centradas apenas na monumentalidade ou no valor artístico, incorporando dimensões sociais, afetivas e simbólicas. O reconhecimento de um bem como patrimônio está diretamente ligado aos significados atribuídos pelas comunidades que com ele se relacionam, sendo resultado de processos históricos, disputas de memória e escolhas políticas. Dessa forma, o patrimônio cultural deve ser entendido como construção social dinâmica, em constante transformação, e não como conjunto estático de objetos preservados apenas por seu valor estético ou antiguidade.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Esse marco constitucional representa um avanço significativo ao reconhecer a diversidade cultural como elemento estruturante da identidade nacional, incluindo explicitamente as manifestações das comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e demais grupos historicamente marginalizados.

A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é central na política de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Criado em 1937, o IPHAN desenvolve ações de identificação, proteção, salvaguarda, fiscalização e promoção do patrimônio cultural, por meio de instrumentos como o tombamento, o registro, o inventário e os planos de salvaguarda. Esses mecanismos permitem não apenas a proteção legal dos bens, mas também a articulação entre preservação, educação patrimonial e participação social, ampliando o diálogo entre o Estado e as comunidades detentoras dos bens culturais.

No plano internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desempenha papel fundamental na consolidação de diretrizes globais para a proteção do patrimônio cultural. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 estabelece critérios para o reconhecimento de bens de valor universal excepcional, enquanto a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 amplia o conceito de patrimônio ao enfatizar a importância das práticas culturais vivas e da participação ativa das comunidades detentoras.

Esses marcos legais reforçam a compreensão de que a preservação do patrimônio cultural não se limita à conservação física dos bens, mas envolve a proteção dos contextos sociais, históricos e simbólicos que lhes conferem significado. A salvaguarda do patrimônio cultural deve, portanto, ser entendida como um processo contínuo, que articula políticas públicas, participação comunitária, educação patrimonial e responsabilidade institucional, assegurando que os bens culturais permaneçam vivos, acessíveis e socialmente relevantes ao longo do tempo.

2.2 Importância da Preservação para a Identidade, a Memória e a Continuidade Cultural

A preservação do patrimônio cultural desempenha papel essencial na construção da identidade individual e coletiva, funcionando como elo entre passado, presente e futuro. Os bens culturais materializam experiências históricas, valores simbólicos e formas de organização social que permitem às comunidades reconhecerem a si mesmas e reafirmarem suas origens. Nesse sentido, o patrimônio cultural atua como fundamento da memória coletiva, possibilitando a continuidade das referências culturais ao longo do tempo.

Para as comunidades tradicionais, a preservação do patrimônio cultural assume significado ainda mais profundo. Seus saberes, práticas e modos de vida estão diretamente associados ao território, à ancestralidade e à transmissão intergeracional do conhecimento. A perda desses bens não representa apenas a destruição de objetos ou práticas isoladas, mas a ruptura de sistemas culturais complexos que sustentam a coesão social e a identidade coletiva. Conforme destaca Chaves (2023), a deterioração do patrimônio cultural pode gerar processos de desestruturação simbólica, comprometendo a capacidade das comunidades de manter vínculos com sua própria história.

A memória coletiva, enquanto construção social, depende da materialidade e da continuidade dos bens culturais para se manter viva. Monumentos, objetos, rituais e registros documentais funcionam como suportes de lembrança, permitindo que narrativas sejam transmitidas, reinterpretadas e ressignificadas ao longo do tempo. Quando esses suportes são destruídos ou negligenciados, perde-se parte significativa da capacidade de uma sociedade de compreender sua trajetória histórica e de projetar seu futuro.

Do ponto de vista histórico e científico, os acervos culturais constituem fontes primárias insubstituíveis para a produção de conhecimento. Pesquisadores de diferentes áreas utilizam esses bens para reconstruir contextos históricos, compreender transformações sociais, analisar relações ambientais e interpretar práticas culturais. Cada objeto preservado carrega informações

únicas, muitas vezes impossíveis de serem recuperadas por meio de registros secundários, o que reforça a importância da preservação como estratégia de proteção do conhecimento humano (BRASIL, 2019).

A dimensão educativa do patrimônio cultural também é fundamental. Museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória atuam como espaços de educação formal e não formal, promovendo o acesso democrático ao conhecimento e estimulando o pensamento crítico. A experiência direta com os bens culturais possibilita a construção de aprendizagens significativas, aproximando diferentes públicos de narrativas históricas, artísticas e científicas, contribuindo para a formação cidadã e para a valorização da diversidade cultural.

Além disso, o patrimônio cultural possui dimensão política e simbólica, pois as escolhas sobre o que preservar refletem disputas de poder, interesses institucionais e visões de mundo específicas. A ampliação das políticas de preservação para incluir grupos historicamente marginalizados representa avanço importante na construção de uma memória social mais plural e inclusiva. Preservar o patrimônio cultural significa, portanto, promover reconhecimento, justiça social e fortalecimento da identidade coletiva.

Em síntese, a preservação do patrimônio cultural constitui compromisso ético com a memória, a identidade e a continuidade cultural das sociedades. Ao proteger esses bens, assegura-se não apenas a manutenção de objetos e práticas, mas a possibilidade de diálogo permanente entre gerações, garantindo que as experiências humanas do passado continuem a orientar, inspirar e ensinar no presente e no futuro.

2.3 Conflitos, Desastres e Ameaças à Salvaguarda do Patrimônio Cultural

Apesar de sua relevância social e simbólica, o patrimônio cultural encontra-se constantemente exposto a situações de risco que ameaçam sua integridade e continuidade. Conflitos armados, desastres naturais, falhas tecnológicas e negligência institucional figuram entre os principais fatores responsáveis pela destruição ou deterioração de bens culturais em diferentes partes do mundo. Esses eventos não afetam apenas os objetos físicos, mas comprometem profundamente a memória coletiva e a identidade das comunidades envolvidas.

Em contextos de conflito armado, o patrimônio cultural torna-se alvo direto ou indireto de ações destrutivas. A destruição deliberada de monumentos, o saque de acervos, o tráfico ilícito de bens culturais e o uso militar de edificações históricas configuram práticas recorrentes que atentam contra a herança cultural da humanidade. O apagamento simbólico promovido por esses atos compromete a continuidade cultural dos povos atingidos, dificultando processos de reconstrução social no pós-conflito.

Diante dessa realidade, o Direito Internacional Humanitário estabelece instrumentos específicos para a proteção dos bens culturais, destacando-se a Convenção da Haia de 1954 e seus protocolos adicionais, que reconhecem a salvaguarda do patrimônio como obrigação legal e humanitária dos Estados (SIGNORINI, 2021). Esses instrumentos reforçam a necessidade de adoção de medidas preventivas em tempos de paz, como inventários, planos de emergência e identificação de bens vulneráveis.

A Resolução 2347 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada em 2017, representa marco relevante ao reconhecer que a destruição do patrimônio cultural pode ser utilizada como estratégia de guerra, sendo enquadrada como ameaça à paz e à segurança internacionais. Esse reconhecimento amplia a responsabilidade dos Estados e da comunidade internacional na prevenção, repressão e responsabilização por crimes contra o patrimônio cultural, fortalecendo a cooperação internacional.

Além dos conflitos armados, os desastres naturais e tecnológicos constituem ameaças significativas à preservação do patrimônio cultural. Enchentes, incêndios, terremotos, deslizamentos de terra e falhas estruturais afetam museus, arquivos, bibliotecas, sítios arqueológicos e centros históricos, muitas vezes resultando em perdas irreversíveis. Em países com grande diversidade climática e fragilidades institucionais, como o Brasil, esses riscos são potencializados pela ausência de políticas preventivas e de planejamento adequado.

As comunidades tradicionais são particularmente vulneráveis a esses cenários, pois seus bens culturais frequentemente se encontram fora dos grandes centros urbanos e carecem de proteção institucional efetiva. A destruição de um bem cultural nesses contextos compromete não apenas a materialidade do objeto, mas a continuidade de práticas culturais, saberes ancestrais e relações simbólicas com o território, afetando diretamente a coesão social.

Dessa forma, compreender os conflitos, desastres e ameaças que incidem sobre o patrimônio cultural é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de salvaguarda mais eficazes. A proteção desses bens deve ser entendida como responsabilidade coletiva, envolvendo políticas públicas, participação comunitária, cooperação internacional e atuação técnica qualificada, assegurando a preservação do patrimônio cultural como elemento essencial da memória, da identidade e da diversidade cultural da humanidade.

3. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos e o planejamento de emergência aplicados ao patrimônio cultural representam instrumentos fundamentais para garantir a preservação e a continuidade da

memória coletiva de uma sociedade. Esses processos envolvem o reconhecimento de ameaças potenciais, a análise de vulnerabilidades e a implementação de medidas preventivas e corretivas que assegurem a integridade física e simbólica dos bens culturais.

Risco pode ser definido como a chance de algo ocorrer causando um impacto negativo sobre nossos objetivos. Sempre que pensarmos em risco temos que levar em consideração tanto a sua chance de ocorrer quanto seu impacto esperado. Se atentarmos para apenas um destes dois fatores, teremos uma compreensão incorreta do risco. É a combinação deles que importa. Por exemplo, o impacto da queda de um avião comercial é tipicamente catastrófico, mas a chance disso acontecer conosco enquanto estamos voando é muito pequena. O risco de morte por acidente aéreo, portanto, é pequeno e a maioria das pessoas o aceita sem hesitar sempre que viaja em aviões. Por outro lado, o risco de desenvolver algum tipo de doença cardiovascular se possuímos um estilo de vida sedentário e com maus hábitos alimentares é muito maior. Sua chance de ocorrência é significativa e seu impacto tipicamente severo. É por isso que muitos de nós não aceitamos este risco e buscamos mitigá-lo com uma dieta mais saudável, evitando o tabagismo e com a prática regular de exercícios físicos. É importante lembrar que o risco se refere ao futuro, ou seja, a algo que pode vir a ocorrer no futuro causando um impacto negativo sobre nossos objetivos. Riscos (grandes e pequenos) estão sempre presentes no nosso dia a dia e muitas de nossas decisões cotidianas dizem respeito a aceitá-los, rejeitá-los ou modificá-los.

(...)

O mesmo conceito de risco se aplica aos acervos museológicos. Muitas coisas podem ocorrer acarretando impactos negativos sobre os acervos e nossos objetivos referentes ao uso e à preservação dos mesmos. O impacto dos riscos neste caso é expresso em termos da perda de valor esperada no acervo. Os tipos de risco que afligem acervos museológicos variam desde eventos súbitos e catastróficos (tais como terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, deslizamentos de terra, enchentes e incêndios de grandes proporções) até os processos graduais e cumulativos de degradação química, física ou biológica. Seu resultado comum é a perda de valor no acervo. Por exemplo, se um museu-casa é atingido por incêndio há uma perda de valor tipicamente grande ou total na edificação histórica e seus conteúdos. Quando artefatos frágeis de vidro ou cerâmica se quebram durante um terremoto, ou quando as cores de indumentárias tradicionais esmaecem por exposição prolongada à luz, também há uma perda de valor no acervo a que pertencem. Há ocasiões em que o risco não envolve nenhum tipo de dano material, e sim a perda de informação e conhecimento sobre o acervo ou a impossibilidade de acesso físico ou intelectual a seus componentes. Assim, por exemplo, um acervo museológico perderá valor se não for adequadamente documentado ou se a documentação existente sobre o mesmo for perdida. É essencial que os gestores e demais responsáveis pelos acervos compreendam bem estes riscos para poderem tomar decisões acertadas e eficazes voltadas à sua proteção (para as gerações futuras) e à otimização de seu acesso para as gerações presentes (ICCROM, 2017. online).

No mesmo sentido:

O risco pode ser entendido como um acontecimento incerto, uma situação de perigo e instabilidade, cuja ocorrência, natural ou humana, pode causar perdas,

danos e efeitos negativos. O risco não está relacionado apenas aos fatores físicos, como as variações climáticas, mas também aos fatores socioculturais e econômicos de uma determinada região. As ações de prevenção, de alerta e as medidas de mitigação de riscos são essenciais para evitar ou reduzi-los. O gerenciamento de riscos aumenta a capacidade de prevenção e ao mesmo tempo adverte para que medidas sejam tomadas durante e após as situações de risco.

Uma estratégia bastante útil para a identificação de riscos é a realização de inspeção sistemática dos diferentes níveis de proteção do acervo. Estes níveis incluem a região geográfica onde o edifício da instituição está situado, a área em torno do edifício, as condições ambientais das áreas de guarda das coleções e dos espaços destinados a exposições de obras, as condições físicas das estantes, das mapotecas, a qualidade dos materiais utilizados na feitura das embalagens para o acondicionamento de itens do acervo, e as barreiras para limitar o acesso de visitantes. O objetivo principal deve ser o fornecimento e o esclarecimento dos meios para reconhecermos, prevenirmos e respondermos com precisão efetiva a todas as emergências, ou seja, todas as situações críticas, os acontecimentos perigosos ou furtivos e os acidentes que porventura ocorram. (BRASIL, 2019. online).

No contexto das instituições culturais como museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação, o planejamento adequado para lidar com situações de risco é essencial, pois tais espaços concentram acervos únicos e insubstituíveis, frequentemente vulneráveis a fatores ambientais, estruturais e humanos. Assim, compreender e aplicar práticas de gestão de riscos torna-se um componente indispensável das políticas de preservação patrimonial.

3.1. Conceitos e metodologias aplicados ao Patrimônio Cultural

A gestão de riscos aplicada ao patrimônio cultural constitui um processo sistemático e contínuo voltado à identificação, avaliação e controle das ameaças que podem comprometer a integridade física, simbólica e histórica dos bens culturais, das edificações patrimoniais e dos acervos documentais. Essa abordagem parte do princípio de que prevenir danos é sempre mais eficiente, menos custoso e mais ético do que restaurar objetos ou reconstruir edificações após um evento adverso. Em vez de reagir aos desastres apenas quando eles ocorrem, a gestão de riscos propõe uma postura preventiva, baseada no estudo detalhado das vulnerabilidades e na implementação de medidas capazes de reduzir significativamente a probabilidade e a gravidade dos danos.

A gestão de riscos abrange tudo o que fazemos para compreender e lidar com possíveis impactos negativos sobre nossos objetivos. Isto inclui, primeiramente, a identificação, análise e priorização (avaliação) de riscos. Em seguida, agimos para “tratar” os riscos, isto é, para evitar, eliminar ou reduzir aqueles riscos que consideramos inaceitáveis. Também é possível transferir esses riscos para terceiros. Por exemplo, ao segurar um acervo museológico transferimos o risco de furto ou danos às peças deste acervo para a companhia

seguradora (mediante pagamento de uma taxa). Caso um ou mais riscos sejam avaliados como aceitáveis, não é necessário fazer nada para modificá-los. Por exemplo, quando não há restrições relacionadas a direitos de imagem ou segurança, um número cada vez maior de museus tem permitido que seu público fotografe o acervo em exposição utilizando flash. Isto ocorre na medida em que tais instituições compreendem que, na maioria dos casos, o risco de danos decorrentes do uso de flash é mínimo ou negligenciável. Em outras palavras, esses riscos podem ser aceitos de forma consciente e bem instruída, permitindo que os recursos disponíveis sejam mais eficientemente utilizados no tratamento daqueles riscos avaliados como inaceitáveis e, portanto, prioritários. É importante lembrar que a gestão de riscos é um processo contínuo. Temos que seguir monitorando os riscos e ajustando as ações e medidas de tratamento adotadas conforme necessário para assegurar que os impactos negativos sobre nossos objetivos sejam efetivamente minimizados no curto, médio e longo prazo (ICCROM, 2017. online).

A gestão de riscos no contexto patrimonial envolve etapas interligadas que vão desde a identificação dos agentes de deterioração até a formulação de estratégias de mitigação que possam ser incorporadas ao cotidiano das instituições. Essas etapas incluem o reconhecimento dos fatores que provocam danos, a análise da probabilidade de ocorrência de cada risco e da magnitude dos impactos potenciais, a determinação de prioridades de intervenção e a adoção de medidas práticas que diminuam a vulnerabilidade dos acervos. Além disso, por se tratar de um processo dinâmico, a gestão de riscos requer revisões regulares, uma vez que as condições ambientais, sociais e institucionais estão em constante transformação e podem gerar novas ameaças ou intensificar riscos previamente identificados.

As ações de controle e tratamento que devem ser tomadas face aos agentes de risco são: Identificar, Detectar, Bloquear, Responder e Recuperar. Dentre as ações, três são acionadas durante o processo de mitigação dos riscos; quando todas as ações são necessárias, caracteriza-se uma situação de emergência.

Um plano de gestão de riscos deve conter basicamente:

- Contexto institucional. Análise detalhada das características próprias de cada instituição museológica, com base nos documentos: 1. Plano Museológico, que identifica a missão da instituição, tanto para o público interno quanto para o externo, e guia os procedimentos administrativos em geral e a gestão de riscos em particular. 2. Diagnóstico das características geográficas e climáticas.
- Identificação dos agentes de risco e das formas de controle e tratamento.
- Definição de normas de conduta e procedimentos essenciais para a normatização da gestão de riscos (ICOM BRASIL, 2019. online).

No âmbito da preservação do patrimônio cultural, os riscos enfrentados pelas instituições podem ser agrupados em três grandes categorias. Os riscos naturais incluem eventos como enchentes, terremotos, vendavais, tempestades severas e incêndios provocados por

descargas elétricas, todos capazes de gerar danos imediatos e severos às estruturas e aos acervos.

Os riscos tecnológicos, também chamados de acidentais, abrangem problemas relacionados a falhas elétricas, curtos-circuitos, explosões, vazamentos de água ou produtos químicos e acidentes decorrentes de erros operacionais, que frequentemente passam despercebidos até desencadearem danos consideráveis. Já os riscos intencionais, como furtos, vandalismo, depredações, conflitos armados e ataques deliberados a instituições culturais, configuram ameaças particularmente graves, pois combinam destruição material com a perda definitiva de informações históricas e simbólicas (ICOM BRASIL, 2019).

Cada uma dessas categorias demanda estratégias específicas de prevenção e resposta, que incluem desde a melhoria na infraestrutura física como sistemas de segurança, controle ambiental, manutenção predial e reforço estrutural até a formação continuada de profissionais, a elaboração de planos de emergência e a articulação com órgãos de proteção civil, segurança pública e defesa do patrimônio. A eficácia da gestão de riscos depende não apenas de equipamentos ou tecnologias, mas também da capacidade das instituições de estabelecer políticas internas, rotinas de monitoramento e protocolos de ação capazes de responder de forma rápida e coordenada a qualquer ameaça identificada.

A integração dos princípios da gestão de riscos ao campo da preservação patrimonial possibilita uma proteção mais abrangente da memória e da identidade coletiva, ao reconhecer que a perda de acervos históricos e artísticos representa um prejuízo irreparável para a trajetória cultural de um povo. Mais do que uma prática técnica, a gestão de riscos afirma-se como um compromisso ético e social, essencial para garantir que as gerações futuras tenham acesso à herança cultural que fundamenta a história, a cultura e o conhecimento acumulado ao longo do tempo. Assim, ao fortalecer políticas públicas, ampliar a cultura institucional de prevenção e promover a sustentabilidade patrimonial, a gestão de riscos contribui de forma decisiva para a continuidade e a valorização do patrimônio cultural (ONO. BRAGA. LUSTROSA, 2000).

3.2 Modelos de Gestão de Riscos Aplicados ao Patrimônio Cultural

Os modelos contemporâneos de gestão de riscos aplicados ao patrimônio cultural têm sido amplamente desenvolvidos e difundidos por organismos internacionais como o ICOM, o ICCROM e o Canadian Conservation Institute, consolidando uma abordagem que compreende o risco como resultado da interação entre ameaças, vulnerabilidades e capacidade de resposta

institucional. Nesse contexto, a gestão de riscos deixa de ser uma ação pontual ou reativa e passa a constituir um processo contínuo, sistemático e integrado às rotinas das instituições responsáveis pela salvaguarda dos acervos culturais.

O planejamento de emergência ocupa lugar central nesses modelos, sendo considerado uma das etapas mais operacionais e estratégicas da gestão de riscos voltada à preservação do patrimônio cultural. Trata-se de um instrumento fundamental cuja finalidade é preparar a instituição para responder de maneira rápida, coordenada e eficiente diante de situações adversas que possam comprometer a integridade de seus acervos, de sua infraestrutura e, sobretudo, a segurança das pessoas envolvidas (SILVA, 2020). Esses modelos partem do pressuposto de que a eficácia da resposta a um desastre depende diretamente do grau de preparação prévia, da clareza dos procedimentos e da articulação entre equipes internas e órgãos externos de proteção.

De modo geral, o planejamento de emergência estrutura-se em três fases interdependentes antes, durante e depois do desastre, cada uma com objetivos específicos e ações próprias. A fase anterior ao desastre é considerada a mais decisiva, pois concentra as ações de prevenção e preparação institucional. Nesse momento, realizam-se o mapeamento detalhado dos riscos que podem afetar o acervo e a edificação, a análise das condições estruturais, ambientais e organizacionais da instituição, bem como a instalação, manutenção e revisão periódica de sistemas de proteção, como alarmes, sensores de fumaça, hidrantes, extintores, circuitos de monitoramento e dispositivos de controle ambiental (IBRAM, 2017).

Os modelos propostos pelo ICOM e pelo ICCROM enfatizam que a implementação de um plano de gestão de riscos exige mudanças na cultura institucional, reconhecendo que todos os funcionários são agentes ativos no processo de preservação. Nesse sentido, recomenda-se a definição clara de papéis e responsabilidades, a indicação de um responsável pela gestão de riscos, a constituição de equipes internas multidisciplinares e a realização periódica de treinamentos e simulações. Conforme orienta o IBRAM (2017, online), é fundamental manter o inventário e a catalogação do acervo atualizados, preferencialmente acompanhados de registros fotográficos, além de definir previamente prioridades de salvamento e assegurar recursos financeiros para a implementação de medidas preventivas e aquisição de equipamentos adequados.

Ainda na fase preventiva, os modelos internacionais destacam a importância do pré-treinamento das equipes, incluindo orientações sobre primeiros socorros, evacuação segura, uso de equipamentos de proteção individual, organização logística das ações e definição de

hierarquias operacionais. Essas diretrizes reforçam que a segurança humana deve ser sempre prioritária e que a atuação técnica só pode ocorrer quando as condições mínimas de segurança estiverem asseguradas (ICOM BRASIL, 2024, online).

Durante o desastre, inicia-se a fase de resposta e contenção, caracterizada pela execução dos procedimentos previamente estabelecidos no plano de emergência. Nesse momento, a atuação das equipes deve ser coordenada, evitando improvisações que possam agravar os danos. As ações concentram-se na evacuação segura das pessoas, no isolamento de áreas de risco, na contenção de incêndios ou alagamentos, no desligamento de sistemas elétricos quando necessário e na retirada de itens previamente definidos como prioritários para salvamento. A literatura especializada ressalta que quanto mais estruturado estiver o planejamento e mais capacitada estiver a equipe, maior será a eficácia na mitigação de danos aos acervos e à edificação (ICOM BRASIL, 2024).

Após o controle do evento adverso, inicia-se a fase de recuperação, estabilização e reavaliação, que envolve a documentação detalhada dos danos, a elaboração de relatórios técnicos, o encaminhamento dos bens afetados para ambientes adequados de tratamento emergencial e a articulação com especialistas de conservação, restauração, engenharia e arquitetura. Essa etapa inclui ainda a análise crítica do plano de emergência, identificando falhas, fragilidades e pontos fortes, de modo a incorporar as lições aprendidas e fortalecer a resiliência institucional. Assim, os modelos de gestão de riscos não se limitam à resposta imediata, mas visam à construção de uma cultura preventiva contínua, ética e sustentável de proteção do patrimônio cultural.

3.3 Diretrizes Aplicáveis a Territórios Sensíveis e Acervos Comunitários

Quando aplicados a territórios sensíveis e acervos comunitários, os modelos de gestão de riscos exigem adaptações que considerem as especificidades sociais, culturais e territoriais desses contextos. Comunidades tradicionais, sítios arqueológicos, museus comunitários e centros de memória localizados em áreas de vulnerabilidade ambiental ou social enfrentam riscos ampliados, decorrentes tanto de fatores naturais quanto de fragilidades institucionais e estruturais. Nesses casos, a gestão de riscos deve ser pensada de forma integrada ao território e às dinâmicas comunitárias, reconhecendo o patrimônio cultural como elemento vivo da identidade coletiva.

O mapeamento e a análise de vulnerabilidades do acervo e da edificação constituem etapas fundamentais nesse processo. No caso dos acervos, é necessário identificar materiais

mais sensíveis, condições de armazenamento, variações de microclima, presença de pragas e estado geral de conservação. Papéis, têxteis, madeiras, couros, metais e materiais arqueológicos reagem de forma distinta a fatores como umidade, calor, fuligem e contaminação biológica, exigindo estratégias específicas de proteção e salvamento (ONO; BRAGA; LUSTROSA, 2000).

Em relação às edificações, especialmente aquelas de valor histórico, a análise deve considerar estabilidade estrutural, infiltrações, instalações elétricas e hidráulicas, acessos e rotas de fuga, bem como a compatibilidade das intervenções arquitetônicas com a preservação do conjunto patrimonial. A partir dessas informações, elabora-se o mapa de vulnerabilidades, instrumento essencial para orientar decisões de investimento, definir prioridades de manutenção e estabelecer protocolos de segurança, devendo ser periodicamente revisado diante de mudanças no acervo, reformas ou eventos climáticos extremos.

Em territórios sensíveis, a identificação e a priorização de itens para salvamento assumem papel ainda mais relevante, uma vez que os recursos disponíveis costumam ser limitados e o tempo de resposta reduzido. A seleção prévia dos bens a serem resgatados baseia-se em critérios como valor histórico, artístico, científico e simbólico, fragilidade material, facilidade de remoção e relevância identitária para a comunidade. Conforme destacam Ribeiro e Baracho (2018), essa definição antecipada evita decisões improvisadas e direciona os esforços para a preservação dos objetos mais significativos.

A existência de inventários detalhados, atualizados e acessíveis é condição indispensável para a eficácia do salvamento, devendo conter informações como fotografias, materiais constituintes, estado de conservação, localização exata e histórico dos bens. Em contextos comunitários, recomenda-se que esses registros sejam protegidos por meio de cópias físicas e digitais armazenadas em locais seguros, garantindo seu acesso mesmo em situações de colapso estrutural ou falhas tecnológicas (IBRAM, 2017).

Além dos aspectos técnicos, as diretrizes internacionais enfatizam a importância da participação comunitária na gestão de riscos. O envolvimento das comunidades locais no planejamento, na identificação de valores simbólicos e na definição de prioridades fortalece o sentimento de pertencimento e amplia a eficácia das ações de proteção. Treinamentos periódicos, simulações e ações educativas contribuem para transformar o plano de emergência em um instrumento vivo, aplicável e legitimado socialmente.

Dessa forma, a aplicação dos modelos de gestão de riscos do ICOM, do ICCROM e de outras instituições internacionais a territórios sensíveis e acervos comunitários exige uma

abordagem integrada, que articule conhecimento técnico, participação social e respeito às especificidades culturais. Quando bem estruturadas, essas diretrizes ampliam significativamente a capacidade de resposta das instituições e comunidades, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e para a continuidade da memória coletiva mesmo diante de contextos adversos.

4. ESTUDO DE CASO E DIAGNOSTICO TECNICO

4.1. Contextualização da comunidade em conflito

Atualmente, o Brasil conta com mais de 800 mil habitantes indígenas, pertencentes a cerca de 305 etnias e falando 274 línguas. Existem mais de vinte etnias indígenas em Minas Gerais, entre elas: Maxakali, Canoeiros, Kamakã- Mongoió, Karajá, Kambiwá, Tikuna, Borum-Kren, Makuni, Guarani e Pankararu.

As etnias que vivem atualmente em Minas Gerais pertencem aos grupos linguísticos Macro-Jê e Tupi-Guarani, totalizando aproximadamente 20 mil. Os centros urbanos abrigam um grande número de aborígenes. Estima-se que existam entre 70 mil indígenas na região metropolitana de Belo Horizonte. O número de grupos étnicos não é estático; o processo de origem étnica e de migração é dinâmico.

As dezenove etnias que vivem atualmente no Estado de Minas Gerais são pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê e Tupi-Guarani (Guarani) e contam aproximadamente com vinte mil indivíduos. Há uma grande população de indígenas que vivem nos centros urbanos. Estima-se que na região metropolitana de Belo Horizonte tenha de sete a dez mil indígenas. O número de etnias também não é estático, sendo que o processo de etnogêneses e as migrações são dinâmicos.

Nos centros urbanos como Belo Horizonte e Uberlândia, vivem, além de famílias destas etnias citadas acima, outras tantas famílias de etnias diversas oriundas de todas as regiões do Brasil e de outros países também, como os Warao da Venezuela e Quechua do Peru.

O povo indígena conhecido hoje como Krenak, habitante das margens do Rio Doce, município de Resplendor, na região Leste de Minas Gerais, formou-se ao longo de um processo histórico marcado pelo caráter violento da expansão econômica sobre aquela região, originalmente de densa mata atlântica, onde diversos grupos de ‘Botocudos’ — resistindo à colonização em outras zonas já ‘conquistadas’ pelos brancos — se abrigaram até meados do Século XX.

Os Botocudos — nome com o qual os portugueses pejorativamente os designavam, em referência aos adornos usados nas orelhas e nos lábios — ou Borum — termo que significa ‘gente’, em língua indígena, e que segundo o qual os Krenak designam hoje a si e aos demais índios, em oposição aos Kraí, os não-índios — eram falantes de uma mesma língua, apesar das significativas variações dialetais que serviam para demarcar diferenças entre os diversos grupos nos quais se compunham (CAMARGO, 2020. Online).

Segundo dados publicados no censo de 2022, a região do Colar Metropolitano do Vale

do Aço possui 459 residentes indígenas, sendo a cidade com maior número de residentes autodenominados indígenas. Douglas Menezes, coordenador regional do IBGE no Vale do Aço, esclareceu que todos esses números são calculados fora das terras indígenas, pois não existem terras indígenas legalmente definidas na área.

Centros urbanos como Belo Horizonte e Uberlândia ainda são habitados por famílias de outras origens étnicas, de diversas regiões do Brasil e de outros países, como os Warao na Venezuela e os Quechua no Peru.

Os povos indígenas hoje conhecidos como Krenak vivem às margens do Rio Doce, na cidade de Resplendor, na região leste de Minas Gerais. Formaram-se ao longo da história, a região inicialmente foi densamente arborizada e marcada por florestas. No Atlântico, vários grupos de "Botocudos" — que resistiram à colonização de outras áreas que haviam sido "conquistadas" pelos brancos — permaneceram ali como refúgio até meados do século XX. Os Botocudos, ganharam este nome depreciativo que lhes foi dado pelos portugueses, referindo-se aos enfeites que usam nas orelhas e nos lábios.

Quando pensam nos Botocudo pensa nesses homens do Rio Doce e, no máximo, no massacre na cidade de Conceição Matodentro. Os “botocudos” não eram ribeirinhos, mas pessoas de áreas remotas. Gostam de viver às margens dos rios porque os rios são fonte de alimento e guia de seus roteiros. Na sua sabedoria inata, procuram locais saudáveis com água limpa. Somente quando os brancos começaram a aparecer nas florestas é que surgiram a malária e outras doenças. Então, os “botocudos” têm medo das margens dos rios.

Acompanhando a história do Brasil até a Constituinte de 1988, não só em Minas, mas no Brasil inteiro, a perspectiva do Estado brasileiro era acabar com índio. Só que na Constituinte houve uma grande pressão para mudar essa política. Esse negócio da literatura dizer que os "botocudos" eram antropófagos é um ato falho, é um truque da má consciência neobrasileira formadora do Brasil. Eles tinham de dizer que minha gente era antropófaga, para nos aniquilarem. Participei na Constituinte de 1988 pintando a cara de preto no Congresso Nacional. Estava com 36 anos de idade quando fiz aquilo. Fui defender a emenda popular, pois não se defendia o artigo 231 da Constituição porque afirma que o Brasil precisa parar de matar índio e assegurar os direitos para os índios restantes. Isso tudo foi uma ruptura com o que havia acontecido no passado. Mudança que o Estado não conseguiu assimilar até hoje, pois o Estado ainda tem cacoetes. Estado parece uma daquelas feras que ficam mansas, mas, de vez em quando ainda comem alguém. Ainda agora há os pitbulls soltos lá em Roraima. Eles esquecem que há uma Constituição. Mas o ministro do Supremo Tribunal Federal lembrou muito bem em seu voto, dizendo: "tirem os dentes, tirem as presas". O que aconteceu da Constituinte para cá é um fenômeno fantástico, o surgimento de nova identidade. No século XX em Minas Gerais se dizia que não havia mais índios, ou que no máximo havia "botocudos" sobreviventes e maxacali (aqueles de Mucuri, de Santa Helena e Bertópolis). Esses maxacali são um fenômeno impressionante, pois não se aculturaram (COELHO, 2011).

O grupo liderado por Krenac foi o último a negociar com as autoridades governamentais o processo de pacificação e civilização ocorrido no início dos trabalhos do recém-criado Bureau de Proteção aos Trabalhadores Indígenas e Estatais (OLIVEIRA, 2021).

Hoje, não só o território tradicional do povo Krenak é pequeno demais para acomodar uma população saudável, mas também enfrenta pressão e invasão de empresas e de fora da sociedade. A comunidade ainda sofre atrasos na delimitação do território tradicional no entorno do Parque Estadual Sete Salões, território histórico de Krenak.

Os Arana também têm uma história de origem do povo Bokudo. No entanto, distinguem-se politicamente de outros grupos Botokudo, mantendo até mesmo pequenas variações dialetais que são cruciais para a sua distância estratégica como forma de reafirmar as suas diferenças em relação a outros grupos. Hoje, os Arana estão divididos em dois grupos: os Arana Caboclo e os Arana Índios, que lutam para ter seu território definido e aprovado. A população atual reside nas regiões metropolitanas de Arazuá, Coronel Murta e Belo Horizonte.

O povo Kaxixó se estabeleceu nos municípios de Martinho Campos e Pompeu na região centro-oeste de Minas Gerais, somando cerca de 100 pessoas vivem na comunidade de Zezinho, que é a zona rural com maior concentração da

população. Foi a comunidade de Capão do Zezinho, localizada às margens do rio Pará, que iniciou a luta pelo reconhecimento oficial nacional (PALILLOT, 2021).

O povo Masakali está localizado no nordeste do estado de Minas Gerais, entre os vales do Mucuri e Zhequitinnonia. O povo Masakali é frequentemente descrito racialmente na literatura e por aqueles que com eles colaboraram, eram também considerados um grupo problemático, devido ao grande histórico de vícios presentes em seu povo (alcoolismo e drogas)

Os Pataso, Patasoha-Ha-Hai, Kamaka, Xukuru-Kariri, Tuxá, Kiriri e Pankararu vêm dos estados do Nordeste. Originário do estado de Pernambuco, o Pankararu se espalhou por vários estados do Brasil ao longo do século XX. Esse êxodo foi causado pela construção da hidrelétrica de Itaparica, no rio São Francisco, pela seca, pelos conflitos por grilagem de terras e inúmeras outras agressões.

O povo Pataxó, do sul da Bahia, vive nas fazendas guaranis da cidade de Camésia desde a década de 1970, com uma população total de cerca de 400 pessoas. Existem outros grupos residentes no município de Itapeçerica na Aldeia Muã Mimatxi na aldeia de Geru Tucunã no município de Açucena no município de Guanhães e outro grupo na aldeia de Jundiba Cinta Vermelha no município de Araçuaí; bem como o grupo étnico Pankararu.

O povo Pataxó é conhecido como um povo seminômade, e sua chegada a Minas é

resultado de dois importantes fatos históricos: o primeiro é o famoso "Incêndio dos 51", que se caracterizou pela atuação violenta da polícia baiana que desmantelou aldeias e dispersaram os residentes locais.

As aldeias Geru Tucunã e Mirueira estão em conflito com o estado de Minas Gerais porque se sobrepõem a duas unidades protegidas - o Parque Estadual do Rio Correntes e o Parque Estadual da Serra da Candonga - que existem apenas no papel e estão sendo destruídas por posseiros e ameaçados por interesses mineiros. Foi sugerido que a categoria das unidades de conservação deveria ser alterada para que os povos indígenas possam regular a sua presença no território e continuar a utilizá-lo e conservá-lo de forma sustentável, ao contrário dos posseiros que o destroem através da degradação e de práticas agropastoris nestas áreas.

O povo Xukuru-Kariri é originário da cidade de Palmeira dos Índios, estado de Alagoas. Após inúmeros conflitos fundiários e mortes de indígenas, algumas famílias se mudaram para Ibotirama e depois para Glória, na Bahia. Alguns integrantes do grupo também vieram para Minas Gerais em 1998, fugindo de conflitos nessas áreas.

Ainda em 1998, Xukuru-Kariri solicitou à Funai a compra de um terreno em Minas Gerais para o grupo. O grupo reside atualmente no município de Caldas, na região sul do estado, em terrenos cedidos pela federação, e no município de Presidente Olegário, no noroeste de Minas Gerais, em terrenos também cedidos. Desde o início de 2022, algumas famílias Xukuru-Kariri estão em recuperação na Fazenda Brumas, no município de Brumadinho. Desde então, realizam atividades e projetos de restauração ambiental e agroflorestal em uma área chamada Aldeia Arapowã Kakyá, criando lindos artesanatos.

Hoje, os índios Pataxó Hãhãhãe incluem os grupos Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren, habitantes da região sul da Bahia. Hoje, um pequeno grupo de pessoas mora na cidade de Bertópolis, Minas Gerais. Na região metropolitana de Belo Horizonte, existem diversas famílias morando na cidade e trabalhando em algumas das ocupações da região metropolitana.

Em suma, na região metropolitana de Belo Horizonte existem diversas famílias de diferentes origens étnicas, provenientes de Minas Gerais e de outros estados, especialmente da Bahia. Estes incluem grupos familiares como os Aranãs, Xakriabás, Kaxixós, Karajás, Guaranis, Pataxós, Kamakã e Pataxós hã-hã-hãe. Uberlândia também possui uma grande população indígena em sua rede urbana (PALILLOT, 2021).

Esses grupos migram para os centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida, pois muitos perderam território ao longo da história de ocupação de áreas indígenas no interior

do país. Os grupos que vivem nas cidades têm direitos e devem organizar-se para procurar e fazer valer esses direitos junto do Estado e da sociedade envolvente.

Existem populações permanentes e sazonais de aborígenes que recebem cuidados, cuidados de saúde e aprendizagem na cidade, assim como há alguns aborígenes que frequentam cursos superiores como professores aborígenes ou outros nos programas da FIEI/Faculdade de Educação da UFMG. aulas e artesanato à venda.

4.2- Inventário dos bens

O inventário dos bens constitui uma etapa central no processo de diagnóstico técnico, pois possibilita o reconhecimento, a sistematização e a análise integrada dos bens culturais associados às comunidades indígenas em situação de conflito no estado de Minas Gerais. Trata-se de um instrumento metodológico e político de grande relevância, uma vez que contribui não apenas para a documentação do patrimônio cultural indígena, mas também para a afirmação de direitos historicamente negados, especialmente no que se refere à territorialidade, à memória coletiva e à continuidade dos modos de vida tradicionais.

No contexto analisado, o inventário deve ser compreendido de forma ampliada, contemplando tanto os bens culturais materiais quanto os imateriais, em consonância com as diretrizes nacionais e internacionais de proteção ao patrimônio cultural e com a concepção de cultura adotada pela Constituição Federal de 1988. Essa abordagem reconhece que, para os povos indígenas, os bens culturais não se restringem a objetos ou edificações, mas englobam relações simbólicas, espirituais e práticas cotidianas profundamente vinculadas ao território e à natureza.

Entre os bens culturais materiais inventariados, destacam-se, primeiramente, os territórios tradicionalmente ocupados, que constituem a base física e simbólica da existência coletiva desses povos. Esses territórios incluem áreas de moradia, roças, trilhas, rios, nascentes, matas, locais de coleta, caça e pesca, bem como espaços destinados à realização de rituais, cerimônias e encontros comunitários. No caso do povo Krenak, por exemplo, o território situado às margens do Rio Doce assume centralidade no inventário, não apenas como espaço geográfico, mas como elemento estruturante da identidade, da espiritualidade e da organização social do grupo.

Além dos territórios, o inventário abrange as formas de ocupação e construção tradicionais, como aldeias, habitações e espaços coletivos, cujas técnicas construtivas

expressam saberes transmitidos intergeracionalmente e adaptados às condições ambientais locais. Também integram esse conjunto os artefatos culturais produzidos pelas comunidades, incluindo instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, adornos corporais, objetos rituais, instrumentos musicais e peças de artesanato, os quais desempenham funções utilitárias, simbólicas e econômicas, especialmente nos contextos urbanos, onde a comercialização do artesanato se torna uma importante estratégia de subsistência e afirmação cultural.

Os bens culturais imateriais, por sua vez, constituem um eixo fundamental do inventário, uma vez que concentram os elementos mais sensíveis da identidade indígena. Entre esses bens destacam-se as línguas indígenas pertencentes aos troncos linguísticos Macro-Jê e Tupi-Guarani, cuja preservação encontra-se ameaçada pelos processos históricos de colonização, deslocamento forçado e assimilação cultural. A oralidade, enquanto forma privilegiada de transmissão do conhecimento, assume papel central na manutenção da memória coletiva, das narrativas de origem, das histórias de resistência e das experiências de violência sofridas ao longo do processo de ocupação do território brasileiro.

Integram ainda o inventário imaterial os saberes tradicionais relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais, como práticas agrícolas, sistemas agroflorestais, conhecimentos sobre plantas medicinais, manejo da fauna e da flora, bem como as formas próprias de organização social, política e espiritual. Esses saberes demonstram uma relação intrínseca entre cultura e natureza, frequentemente desconsiderada pelas políticas estatais e pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento.

No contexto urbano, onde vivem atualmente milhares de indígenas em Minas Gerais, o inventário dos bens deve considerar as dinâmicas de ressignificação cultural. Espaços urbanos passam a ser apropriados como territórios simbólicos, como associações indígenas, centros comunitários, feiras, praças e instituições de ensino. Nessas áreas, práticas culturais são reelaboradas, mantendo vínculos com a tradição ao mesmo tempo em que dialogam com novas realidades sociais, econômicas e políticas. A participação de indígenas em programas de formação superior, como os cursos ofertados pela Faculdade de Educação da UFMG, também se configura como um bem cultural imaterial, na medida em que contribui para o fortalecimento da autonomia intelectual e política dessas comunidades.

O inventário evidencia, ainda, a situação de vulnerabilidade dos bens culturais indígenas frente aos conflitos territoriais, à ausência de demarcação de terras, à sobreposição com unidades de conservação ambiental, à atuação de empresas privadas, à grilagem de terras e à omissão histórica do Estado. Em diversos casos, áreas reconhecidas como territórios

tradicionais encontram-se legalmente desprotegidas, o que compromete a preservação tanto dos bens materiais quanto dos imateriais ali existentes.

Dessa forma, o inventário dos bens não deve ser entendido como uma ação neutra ou meramente técnica, mas como uma ferramenta estratégica de diagnóstico e intervenção. Ao registrar, sistematizar e valorizar o patrimônio cultural indígena, o inventário subsidia políticas públicas de salvaguarda, fortalece as reivindicações territoriais e contribui para a promoção da justiça social e do reconhecimento da diversidade cultural. No âmbito deste estudo de caso, o inventário constitui um passo essencial para a compreensão das dinâmicas de conflito, para a elaboração de propostas de proteção patrimonial e para o fortalecimento das comunidades indígenas enquanto sujeitos históricos de direitos.

4.3- Análise ou avaliação da exposição de riscos

Se passaram 9 anos desde que a barragem de Mariana Fontaine rompeu, matando 19 pessoas. Entre vários impactos socioambientais, a flora e a fauna de uma das maiores bacias hidrográficas do país foram destruídas e mais de 11 toneladas de peixes foram perdidas por asfixia.

Além disso, a tragédia criminosa na Samarco, controlada pelas mineradoras canadenses Vale e BHP Billiton, também resultou na morte de um dos ancestrais do povo Krenac. Embora o rompimento da barragem tenha marcado o auge da violência contra o povo Krenac, a mineração em Minas Gerais afetou a relação ancestral dos povos indígenas com o Rio Doce por mais de quatro séculos. Desde a construção da ferrovia Vitória-Minas, em 1904, a ocupação de áreas próximas aos cursos de água por trabalhadores não indígenas gerou conflitos com os povos indígenas.

O grupo liderado por Krenak foi o último a negociar com as autoridades governamentais seu processo de ‘pacificação’ e ‘civilização’, ocorrido logo no início dos trabalhos do recém-inaugurado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1911.

Hoje os Krenak sofrem com a situação de seu território tradicional que além de ser diminuto, onde não comporta a população de uma forma saudável, ainda tem as pressões e violações dos empreendimentos e da sociedade externa que destruíram o Watu, com a construção da UHE de Aimorés e o acidente / crime do rompimento da barragem das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton. A comunidade ainda sofre com a demora da demarcação do território tradicional que envolve o Parque Estadual dos Sete Salões (CAMARGO. 2020. Online).

Ainda hoje, as aldeias às margens do rio estão em estado de emergência, com caminhões-tanque recebendo litros de água todos os dias. Disseram ao povo que o rio vai voltar,

mas a espiritualidade, a essência do Wastu, foi morta. E, mesmo que volte, todo o lençol freático que compõe o Rio Doce, os pescadores que pescam no rio, foi afetado.

Com medo de beber água Doce, os índios bebiam água mineral fornecida pela Mineradora Vale, uma das donas da Samarco. Os caminhões distribuem garrafas de plástico em grandes quantidades nas aldeias todos os dias. A Vale também envia caminhões-pipa para famílias indígenas. Além disso, mantém estradas de terra na região de Krenac e fornece ração, sal e silagem ao gado criado em algumas delas.

As medidas fazem parte de um acordo firmado entre a empresa e lideranças indígenas logo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), 400 quilômetros a montante de Resplendor. O cerne do acordo é o pagamento de nos salários mínimos mensais. (R\$ 8.433), por mês, para cada domicílio krenak. A Vale informou que transferiu R\$ 21 milhões para as famílias desde a assinatura do acordo até junho deste ano, e gastou cerca de R\$ 8 milhões a mais com insumos e construção do terreno.

Como parte do diagnóstico das perdas socioeconômicas causadas pelo rompimento da barragem de Fundão, o projeto Rio Doce realizou um estudo para diagnosticar os moradores de Tupiniquim, Caeiras Velhas II e as perdas socioeconômicas sofridas pelos povos Guarani e Tupiniquim das terras indígenas de Comboios, localizada em Aracruz (ES). Dois pontos se destacam. Primeiro, por respeito à autodeterminação das próprias estratégias da Primeira Nação Krenac ao longo do processo de restauração, a equipe do projeto Rio Dosi não preparou um estudo dos danos sofridos pela Primeira Nação Krenac.

Os povos indígenas atingidos pelo desastre das etnias Guarani e Tupiniquim vivem na região estuarina e costeira do litoral capixaba, no município de Aracruz, nas Terras Indígenas Tupiniquim, Caieiras Velha II e Comboios, conformadas por 12 aldeias. Em termos numéricos, a TI Caieiras Velha II possui 57,39 hectares e conta com aproximadamente 20 pessoas, a TI Comboios possui 3.862,14 hectares e aproximadamente 534 pessoas, e a TI Tupiniquim tem extensão de 14.282,79 hectares e aproximadamente 2.544 integrantes.

As Terras Indígenas dos povos Tupiniquim e Guarani recobrem uma parcela do sistema fluvial e estuarino do qual fazem parte os rios Comboios, Riacho, Piraquê-Açu, Piraquê-Mirim e Macacos, os córregos do Sauê, do Guaxindiba e do Sahy, bem como numerosos pequenos cursos de água e seus tributários. Há nesta área uma diversidade de ecossistemas, como a floresta atlântica de tabuleiro, a restinga e o manguezal. A TI Comboios situa-se cerca de 11 km ao sul da foz do Rio Doce, e as TI Tupiniquim e TI Caieiras Velha II têm seu limite sul no rio Piraquê-Açu, o maior estuário do estado, que recebe regularmente um grande volume de água das marés, alcançando 13 km rio acima (FGV, 2024. online).

O trabalho da equipe do projeto Rio Doce com Tupiniquim e Guaraní começou com uma análise dos impactos identificados no Estudo de Composição Indígena (ECI), realizado

pela Polifônicas Consultoria Ambiental, consultoria técnica independente contratada pela Fundação Renova. Termos de referência publicados pela Funai. Após a análise, sistematização e tratamento jurídico dos impactos identificados pela ICE, incluindo a incorporação dos fatos à norma, foram realizadas reuniões e entrevistas com lideranças dessas regiões para avaliar se tinham compreensão suficiente dos danos. equipe da FGV, bem como avaliar os danos e complementar o diagnóstico de possíveis danos que não estavam presentes na ICE ou que se agravaram desde então.

Após a identificação dos danos durante o processo de consulta comunitária, ocorreu uma segunda etapa do processamento judicial, na qual foram determinados os danos jurídicos causados por cada dano socioeconômico identificado e foram apontadas provas e compensações.

Ao longo de todo o processo, a abordagem baseada nos direitos humanos para a resposta e recuperação de desastres empresariais, a compensação abrangente orientada para "Reconstruir Melhor" e várias possibilidades são os pré-requisitos para a compensação total.

O direito humano à reparação e o direito humanitário internacional, tal como estabelecido nos Princípios Básicos e Diretrizes sobre o Direito à Reparação e à Reparação para as Vítimas de Violações Graves dos Direitos Internacionais.

4.4- Recomendações Técnicas para mitigação e prevenção

As recomendações técnicas apresentadas neste estudo têm como objetivo orientar ações de mitigação e prevenção de riscos aos bens culturais das comunidades indígenas em Minas Gerais, considerando os conflitos territoriais históricos, a pressão de interesses econômicos externos, a vulnerabilidade ambiental e social, bem como a diversidade cultural e linguística dos grupos analisados. Tais recomendações buscam integrar o conhecimento técnico e científico com os saberes tradicionais das comunidades, garantindo a proteção, valorização e continuidade do patrimônio cultural indígena em suas múltiplas dimensões, abrangendo aspectos materiais, imateriais, territoriais e sociais, conforme diretrizes do IBRAM, UNESCO e ICCROM.

A proteção e o monitoramento territorial constituem prioridade estratégica, pois a delimitação e regularização das terras tradicionalmente ocupadas são essenciais para reduzir impactos sobre os bens culturais. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de sistemas de georreferenciamento e mapeamento digital participativo, em que as próprias comunidades possam identificar áreas de ocupação permanente, zonas de uso ritual, trilhas, roças, espaços

coletivos e áreas de conservação ambiental. Tecnologias de sensoriamento remoto, imagens de satélite e drones podem subsidiar o acompanhamento contínuo da integridade territorial, permitindo identificar rapidamente invasões, degradação ambiental e ocupações irregulares. A integração dessas tecnologias com o conhecimento tradicional — incluindo rotas sagradas, locais de coleta de plantas medicinais e áreas de pesca e caça — fortalece a efetividade do monitoramento e garante que as medidas adotadas respeitem a cosmovisão indígena. A formalização de protocolos de cooperação entre órgãos públicos, instituições acadêmicas e organizações indígenas, como sugerido pela Funai, é fundamental para assegurar a sustentabilidade e continuidade dessas ações ao longo do tempo.

Quanto à conservação e restauração de bens materiais, recomenda-se a elaboração de planos de conservação preventiva, contemplando a manutenção periódica de habitações tradicionais, artefatos, instrumentos rituais e espaços coletivos. As técnicas aplicadas devem ser compatíveis com os materiais originais, priorizando métodos reversíveis e minimamente invasivos, conforme preconizado pelas normas de preservação do patrimônio cultural, incluindo orientações do ICCROM e do IBRAM. Em áreas de risco ambiental, como margens de rios e zonas sujeitas a erosão ou enchentes, sugere-se a implementação de barreiras naturais, restauração de matas ciliares e manejo integrado da água, em consonância com práticas tradicionais de manejo do território. Essas ações contribuem simultaneamente para a proteção do patrimônio material e para a preservação da biodiversidade, elemento intrinsecamente ligado à identidade cultural indígena.

A salvaguarda de bens culturais imateriais merece atenção especial, pois engloba práticas culturais, linguísticas, espirituais e saberes tradicionais que constituem a memória coletiva das comunidades. Recomenda-se a implementação de programas de documentação participativa, incluindo gravações de narrativas orais, registros de práticas rituais, produção audiovisual de saberes tradicionais e elaboração de materiais educativos interculturais. A valorização desses bens pode ser fortalecida por iniciativas de educação formal e não formal, que promovam o ensino da língua materna, oficinas de artesanato, cursos de agrofloresta e programas de extensão universitária, conforme experiências desenvolvidas em parceria com a Faculdade de Educação da UFMG e projetos de inclusão da Funai. Essas ações contribuem para a preservação de saberes ameaçados pelo deslocamento, urbanização e processos de aculturação, assegurando sua continuidade intergeracional.

Diante da intensa pressão de empreendimentos econômicos e dos frequentes conflitos fundiários, recomenda-se a adoção de medidas preventivas que incluam estudos detalhados de

impacto ambiental e sociocultural antes de qualquer intervenção em territórios indígenas. A consulta prévia, livre e informada, conforme estabelece a Convenção 169 da OIT e o artigo 231 da Constituição Federal, deve ser rigorosamente aplicada, garantindo que decisões envolvendo o território respeitem os direitos das comunidades. Além disso, a criação de comitês interinstitucionais de mediação de conflitos fundiários, integrando órgãos governamentais, representantes indígenas e organizações da sociedade civil, é crucial para prevenir ocupações irregulares, degradação ambiental e confrontos, fortalecendo mecanismos de proteção legal e social.

O planejamento de emergência e a resiliência comunitária são medidas estratégicas essenciais. Recomenda-se o desenvolvimento de planos específicos para desastres naturais e crises ambientais provocadas por atividades humanas, contemplando identificação de áreas de risco, rotas de evacuação, protocolos para salvaguarda de bens materiais e imateriais, armazenamento seguro de documentos e artefatos, bem como estratégias de comunicação rápida entre comunidades e órgãos públicos. A capacitação das comunidades, aliada à realização de exercícios simulados periódicos, contribui significativamente para aumentar a resiliência local, reduzir perdas materiais e simbólicas e fortalecer a autonomia comunitária frente a situações adversas.

As ações de mitigação e prevenção devem integrar de forma articulada o conhecimento técnico-científico com os saberes tradicionais indígenas. Práticas como manejo sustentável da água, técnicas agrícolas adaptadas ao ecossistema local, cuidado com plantas medicinais e sistemas próprios de organização social são fundamentais para a conservação do território e a gestão eficiente dos bens culturais. O monitoramento contínuo da integridade desses bens, utilizando indicadores sociais, ambientais e patrimoniais, aliado a avaliações periódicas e participativas, permite identificar novos riscos, atualizar estratégias de mitigação e readequar ações de proteção de maneira dinâmica e contextualizada.

Em síntese, as recomendações técnicas específicas para mitigação e prevenção articulam proteção territorial, conservação de bens materiais e imateriais, prevenção de impactos externos, fortalecimento comunitário e integração de saberes tradicionais e científicos. A implementação dessas medidas contribui não apenas para a preservação do patrimônio cultural indígena em Minas Gerais, mas também para a promoção da justiça social, o reconhecimento de direitos históricos, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade e da autonomia das comunidades envolvidas, assegurando a continuidade de suas práticas culturais e a relação sustentável com o território, consolidando mecanismos duradouros de

proteção e resiliência frente aos desafios contemporâneos, em consonância com as diretrizes de organismos nacionais e internacionais de patrimônio cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do patrimônio cultural, especialmente em contextos marcados por instabilidades estruturais, riscos ambientais, limitações institucionais e eventos extremos, exige uma compreensão ampla e interdisciplinar dos desafios envolvidos. Ao longo deste trabalho, buscou-se demonstrar que a proteção de acervos históricos, museológicos, documentais e arquitetônicos não é uma tarefa isolada, restrita às instituições culturais, mas sim um esforço coletivo que envolve planejamento estratégico, capacitação técnica, políticas públicas consistentes e colaboração interinstitucional permanente.

Os desastres que marcaram o cenário brasileiro nas últimas décadas entre eles incêndios em museus e bibliotecas, enchentes devastadoras, deslizamentos e colapsos revelam a fragilidade das estruturas de proteção existentes, a insuficiência de investimentos na área e a ausência de uma cultura de prevenção devidamente consolidada. Em muitos casos, a perda de bens culturais ultrapassa a dimensão material, impactando a memória coletiva, a identidade comunitária e o patrimônio simbólico de toda uma nação. Esses eventos evidenciam a necessidade de superar modelos reativos e adotar abordagens sistêmicas, voltadas à antecipação de riscos e ao uso de instrumentos técnicos adequados para a conservação preventiva.

A análise realizada demonstrou que a gestão de riscos aplicada ao patrimônio cultural depende de uma série de fatores interligados: o monitoramento ambiental constante, a adequação da infraestrutura, a capacitação das equipes internas, a elaboração de planos de emergência, o uso de tecnologias apropriadas e a articulação com órgãos de resposta como Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. A ausência de qualquer um desses elementos compromete não apenas a segurança física dos acervos, mas também a integridade das pessoas que trabalham ou circulam nas instituições.

Outro ponto essencial refere-se à importância das redes colaborativas. Conforme discutido, a cooperação entre órgãos públicos, instituições culturais, universidades, comunidades locais e autoridades de proteção e segurança constitui um dos pilares mais eficazes para fortalecer a capacidade de prevenção e resposta a desastres. Essa cooperação permite ampliar recursos, trocar conhecimentos, padronizar protocolos, formar equipes integradas e otimizar o uso das tecnologias disponíveis. É somente por meio dessa atuação conjunta que se torna possível enfrentar a complexidade dos riscos contemporâneos, sobretudo em um país de dimensões continentais e marcadas desigualdades como o Brasil.

Observou-se também que os desafios enfrentados pelas instituições culturais não se

limitam a questões técnicas, mas envolvem dimensões estruturais e políticas. A falta de recursos financeiros, a manutenção inadequada de prédios históricos, a rotatividade de profissionais e a ausência de políticas públicas de longo prazo são entraves que dificultam a implementação de programas consistentes de conservação. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de investimentos contínuos, políticas de Estado (e não apenas de governo), e valorização dos profissionais da área, que são responsáveis pelo cuidado diário com a memória nacional.

Do ponto de vista metodológico, este estudo buscou contribuir com reflexões sobre práticas de gestão, prevenção e intervenção, oferecendo um panorama que pode servir de base para futuras pesquisas e para a elaboração de políticas institucionais. Embora não esgote a amplitude do tema, o trabalho destaca caminhos possíveis, apontando sobretudo para a urgência de uma mudança de paradigma: da resposta emergencial isolada para uma cultura de prevenção estruturada, participativa e tecnicamente fundamentada.

Por fim, reafirma-se que o patrimônio cultural é um recurso insubstituível. Sua preservação é fundamental para a construção da identidade, da memória coletiva e da continuidade histórica das sociedades. Proteger esse patrimônio não significa apenas evitar perdas materiais, mas garantir que as gerações futuras tenham acesso às narrativas, saberes, símbolos e referências que moldam o imaginário coletivo. Assim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a proteção do patrimônio cultural, incentivando práticas mais responsáveis, colaborativas e sustentáveis, capazes de fortalecer a resiliência institucional e de promover a preservação da memória histórica do país.

6- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pedro Henrique Vieira de; LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. Pelo desenvolvimento de uma cultura de prevenção: o papel da Ciência da Conservação, os desafios climáticos e o contexto brasileiro. *Revista Vernácula*, v. 2, n. 6, p. 43–55, 2024. ISSN 2965-6125.

BARBOSA, Kleumanery de Melo. *Gestão de Riscos para Acervos Museológicos*. 2011. Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em artes da UFMG. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/c2c3065c-860d-4c3a-aecf-db1ece662168/content>>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/processamento-e-preservacao/diretorio-de-preservacao-pasta/arquivos/gerenciamento-de-risco_site_compressed.pdf> Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 21 jan. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111906.htm>. Acesso em: 28 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Proteção e Defesa Civil. GOV.BR, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil>>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CAMARGO, Pablo Matos. Povos indígenas em Minas Gerais. 2020. CEDEFES. Disponível em: <<https://www.cedefes.org.br/artigo-povos-indigenas-em-minas-gerais/>>. Acesso em: 10 jan 2025

CASA DO POVO. Plano de Gestão de Risco. 2021. Disponível em: <<https://acervo.casadopovo.org.br/paramo/app/media/documents/6e5611281036c5d462d5d9dfa68a6de7.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

CHAVES, Dener Antônio. Gestão de riscos dos bens culturais eclesiais: aplicativo de documentação para dispositivos móveis. 2023. Tese (Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/items/717a552c-a2c0-4060-ae4-38d3c9741529>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

COELHO, Carla Maria Teixeira; PINHEIRO, Marcos José de Araújo; SÁ, Bruno Teixeira de. Gestão de riscos para edifícios históricos e acervos móveis: primeiro ciclo de implementação para o patrimônio cultural da Fiocruz. Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34065>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

COELHO, Marco Antonio Tavares. Rio doce a espantosa evolução de um vale. Autntica, 2011

FCRB. Fundação Casa de Rui Barbosa. Gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural da FCRB. 2019. Disponível em: <<http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/conservacaopreventiva/arquivos/file/Downloads/Gerenciamento%20de%20Riscos%20para%20o%20patrimonio%20cultural%20FCRB.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

FGV, Projeto Rio Doce. Povos Indígenas, 2024. FGV. Disponível em: <<https://projetoriodoce.fgv.br/populacoes-indigenas>>. Acesso 10 jan 2025

FIOCRUZ .Fundação Oswaldo Cruz. Programa de Conservação e Restauração de Acervos. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2017. Disponível em: <<https://www.coc.fiocruz.br/images/stories/PDFs/programa-de-conservacao-e-restauracao.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Noções básicas de conservação preventiva de documentos. 2003. Disponível em: <http://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966008.pdf> Acesso em: 27 nov. 2025.

GONÇALVES, Willi de Barros. Et al. O ESTADO DA ARTE DO PATRIMÔNIO NA AMÉRICA LATINA: documentação, conservação e restauração – conservação preventiva e prevenção de risco, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 43808-43828, mar. 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29142>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IBRAM, IberoMuseus. Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. 2017. Disponível em: <<https://www.iberomuseos.org/wp-content/uploads/2017/09/cartilha-gestao-riscos-pt.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2025.

ICCROM. Centro Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração de Bens Culturais. Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. Tradução e adaptação para o português por José Luiz Pedersoli Jr.; revisão Mônica Barcelos, 2017. 122 p. ISBN 978-92-9077-270-5. Disponível em: <https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ICOM BRASIL. Gestão de risco de incêndio para o patrimônio cultural. 2019. Disponível em: <https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2019/04/ANNOUNCEMENT_Fire-risk_PORT.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

ICOM BRASIL. Orientações emergenciais para o resgate de acervos diante da catástrofe climática no Sul do Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/05/ORIENTAC%CC%A7O%CC%83ES-ENCHENTES-DO-SUL_2024.pdf>. Acesso em: 20 nov 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Critérios de Avaliação para o Registro de Bens Culturais. Portal IPHAN. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/217>>. Acesso em: 28 nov. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Cultural. Portal IPHAN, 2014, Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Mundial, 2025. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acesso em: 15 nov. 2025.

LOUVAIN, Pedro. A defesa do patrimônio cultural em caso de conflito armado: a missão da Blue Shield na Guerra Civil do Mali. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/65f4befa-9240-4389-acb8-4b043c6fbf9b/content>> Acesso em: 25 nov. 2025.

MELZER, Nils. DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO: uma introdução abrangente. Coord. Etienne Kuster. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), jul. 2023. 3000 p. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://scm.oas.org/pdfs/2024/DIH_POR.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025

OGDEN, Sherelyn. PROJETO CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM BIBLIOTECAS E ARQUIVOS: Administração de emergências. Rio de Janeiro: CPBA / Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/08/20_25.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

ONO, Rosaria; BRAGA, Gedley Belchior; LUSTOSA, Deise Cavalcante. Planos de emergência para proteção do Patrimônio Histórico-Cultural contra desastres. 2000. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/310817012_Planos_de_emergencia_para_protecao

_do_Patrimonio_HistoricoCultural_contra_desastres/fulltext/63de554ac97bd76a8268676a/Planos-de-emergencia-para-protecao-do-Patrimonio-Historico-Cultural-contra-desastres.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PORTUGAL, Laura. Sete anos da tragédia-crime em Mariana: morte do Rio Doce impacta a espiritualidade do povo Krenak, 2022. UFMG. Disponível em:<<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/7-anos-da-tragedia-crime-em-mariana-morte-do-rio-doce-impacta-a-espiritualidade-do-povo-krenak>>. Acesso 10 jan 2025

RIBEIRO, Júlia Rocha. BARACHO, Renata Maria Abrantes.et al. GERENCIAMENTO DE RISCOS EM ACERVOS RAROS: Preservação e Digitalização. 2018. UFMG. Disponível em:<<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/7932e081-77a1-4bcb-9996-a4c2eb6e3a84/content>>Acesso em: 02 nov. 2025.

SIGNORINI, Jéssica Scopel. A proteção de bens culturais em conflitos armados. CEDIN. 2021. Disponível em: <<https://cedin.com.br/a-protecao-de-bens-culturais-em-conflitos-armados>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SILVA, André Leandro; HORTA, Andrei Isnardis; CABRAL, Mariana Petry; LACERDA, Mariana de Oliveira. Depois do fogo: ações e reações do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG ao incêndio na Reserva Técnica 1. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, Belo Horizonte, v. 29, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnb/article/view/33323>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SILVA. Tiago César da. Gerenciamento de Riscos de Bens Culturais. Revista Eletrônica ABDF. 2020. Disponível em: <<https://cip.brapci.inf.br/download/166292>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SILVEIRA, Rafael Vilela. Desenvolvimento de ferramenta para mapeamento diagnóstico de riscos: estudo do caso da Biblioteca Central da UFMG. 2020. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. FRONER, Yacy-Ara. Roteiro de Avaliação e Diagnóstico em Conservação Preventiva. Escola de Belas Artes UFMG. 2008. Disponível em: <<https://wiki.mpmg.mp.br/patrimoniocultural/lib/exe/fetch.php?media=caderno1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2025.

UNESCO. Cultural heritage and armed conflicts – Frequently asked questions. World Heritage Centre, 1954. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/faq/171>>. Acesso em: 28 nov. 2025.

UNESCO. Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural, 2017. Disponível em: <<https://www.unesco.org/pt/articles/uma-resolucao-historica-para-proteger-o-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ZÚÑIGA, Solange Sette G. de. A Conservação Preventiva e o Plano Institucional de Preservação. 2012. Disponível em: <<https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/conservacao-preventiva-plano-institucional-preservacao/conservpreventivaplanoinstpreservacao-solangezuniga-p.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.